

# Reunião temática da CONICQ

**Diálogo com as organizações parceiras do Programa Nacional de Diversificação em áreas Cultivadas com Tabaco**

**Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS)**

**Santa Maria / Rio Grande do Sul**

**12 e 13 de julho de 2018**

**Relatório Final**

**Realização:**

Ministério da Saúde

Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva

Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Se-Conicq).

**Parceria:**

Casa Civil

Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD)

**Autoria:**

Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho

Cristina Perez

Felipe Lacerda Mendes

Renata Cristina Arthou Pereira

Tânia Maria Cavalcante

**Índice:**

<b>1. Contexto da Reunião.....</b>	<b>6</b>
<b>2. Estrutura da Reunião .....</b>	<b>11</b>
<b>3.1 Chamadas Públicas de Ater.....</b>	<b>13</b>
<b>3.2 Trabalho decente e trabalho infantil.....</b>	<b>16</b>
<b>3.3 Saúde do trabalhador e ambiente.....</b>	<b>16</b>
<b>3.4 Apoio à Comercialização.....</b>	<b>17</b>
<b>3.5 Sustentabilidade do PNDACT.....</b>	<b>17</b>
<b>3.6 Audiência Pública.....</b>	<b>19</b>
<b>3.5 Propostas .....</b>	<b>18</b>
<b>4 Considerações finais.....</b>	<b>20</b>
<b>5 Anexos .....</b>	<b>21</b>
<b>Lista dos participantes .....</b>	<b>21</b>
<b>Carta da Sociedade Civil.....</b>	<b>21</b>
<b>Apresentações.....</b>	<b>19</b>
<b>Registro Fotográfico.....</b>	<b>21</b>

## Lista de Siglas

<b>ACT</b>	<b>Aliança de Controle do Tabagismo e Promoção da Saúde</b>
<b>4º CRS/SES/RS</b>	<b>4º Coordenadoria Regional de Saúde/Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul</b>
<b>ABIFUMO</b>	<b>Associação Brasileira da Indústria do Fumo</b>
<b>ACT</b>	<b>Aliança de Controle do Tabagismo e Promoção da Saúde</b>
<b>AFUBRA</b>	<b>Associação dos fumicultores do Brasil</b>
<b>AMPROTABACO</b>	<b>Associação do Municípios Produtores do Tabaco</b>
<b>ANATER</b>	<b>Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
<b>ANVISA</b>	<b>Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde</b>
<b>ATER</b>	<b>Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
<b>BNDES</b>	<b>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</b>
<b>CAPA</b>	<b>Centro de Apoio e Promoção Agroecologia</b>
<b>CEPAGRO</b>	<b>Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo</b>
<b>CEREST/VALES</b>	<b>Centro Regional de referência Saúde do tabalhador da região dos Vales</b>
<b>CETAB</b>	<b>Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde</b>
<b>CIDE</b>	<b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico</b>
<b>COENS</b>	<b>Coordenação de Ensino</b>
<b>CONICQ</b>	<b>Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco</b>
<b>CONPREV</b>	<b>Coordenação de Prevenção e Vigilância</b>
<b>COOPERFUMOS</b>	<b>Cooperativa mista dos fumicultores do Brasil Ltda.</b>
<b>CQCT</b>	<b>Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco</b>
<b>DCT</b>	<b>Divisão Controle Tabagismo</b>
<b>DESER</b>	<b>Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais</b>
<b>DSAST</b>	<b>Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador</b>
<b>EMATERs</b>	<b>Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural</b>
<b>FEICOOP</b>	<b>Feira Internacional Jubilar do Cooperativismo</b>
<b>FIC</b>	<b>Fundação InterAmericana do Coração</b>
<b>FIOCRUZ</b>	<b>Fundação Osvaldo Cruz</b>
<b>IBAMA/RS</b>	<b>Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos Natuarais Renováveis/Rio Grande do Sul</b>

<b>ICMS</b>	<b>Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços</b>
<b>INCA</b>	<b>Instituto Nacional de Câncer</b>
<b>IPI</b>	<b>Imposto sobre Produtos Industrializados</b>
<b>MAPA</b>	<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</b>
<b>MEC</b>	<b>Ministério da Educação</b>
<b>MJ</b>	<b>Ministério da Justiça</b>
<b>MPT/PR</b>	<b>Ministério Público do Trabalho do Paraná</b>
<b>MS</b>	<b>Ministério da Saúde</b>
<b>PNDACT</b>	<b>Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivados com Tabaco</b>
<b>PNUD</b>	<b>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</b>
<b>SEAD/Casa Civil</b>	<b>Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil</b>
<b>SE-CONICQ</b>	<b>Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco</b>
<b>SENAD/MJ</b>	<b>Secretaria Nacional de Política sobre Drogas</b>
<b>SES/RS</b>	<b>Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul</b>
<b>SindiTabaco</b>	<b>Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco</b>
<b>SMS/SM</b>	<b>Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria</b>
<b>SVS</b>	<b>Secretaria de Vigilância em Saúde</b>
<b>UFFS</b>	<b>Universidade Federal da Fronteira Sul</b>
<b>UFRGS</b>	<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul</b>
<b>UFSM</b>	<b>Universidade Federal de Santa Maria</b>

## 1. Contexto da Reunião

A Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Controle do Tabaco (CQCT/OMS), o primeiro tratado internacional de saúde pública da história da Organização Mundial da Saúde, tem por objetivo “*proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco*” (Preâmbulo da CQCT/OMS).

O Brasil ratificou a CQCT/OMS em 2005, e conta com a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), a qual é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos do tratado. A CONICQ é presidida pelo Ministro de Estado da Saúde, tem como Secretaria-Executiva o INCA e é composta por representantes de 18 Órgãos e Ministérios.

A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco demandou do governo brasileiro, a época representado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o compromisso com a implantação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social, o PNDACT criado em 2005, atua na qualificação para novos processos de produção e de desenvolvimento como alternativas à produção do fumo. Este programa também é pautado pela perspectiva da agroecologia mediante ao uso de técnicas produtivas sem uso de agrotóxicos.

O PNDACT visa atender o Artigo 17 da Convenção, que trata sobre o apoio às alternativas economicamente viáveis à cultura do fumo e que tem sido viabilizado por meio de parcerias do governo com organizações que executam os projetos de assistência técnica e extensão rural (Ater), capacitação e pesquisa.

Seu desenvolvimento em conjunto com outras políticas e programas possui papel importante ao criar mecanismos de proteção aos fumicultores brasileiros frente à inexorável redução do consumo global de tabaco, objeto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco<sup>1</sup>. Soma-se a esse cenário o crescente investimento dos fabricantes de cigarro em dispositivos eletrônicos para fumar, que usam pouco ou não nenhum tabaco e, cujo crescente consumo global aponta para um tendência de substituição do cigarro tradicional por esses novos produtos.

O artigo 17 é tratado vinculado ao artigo 18 da Convenção-Quadro, que cuida do impacto da produção de tabaco no meio ambiente e na saúde do agricultor.

---

1 FCTC .Global progress report on implementation of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Disponível em: <<http://www.who.int/fctc/reporting/2014globalprogressreport.pdf?ua=1> >

A partir de um encontro realizado em Porto Alegre, em 2007, com as entidades executoras do PNDACT, de pesquisa, academia e produtores foi criada a Rede Temática de Apoio à Diversificação, que realizou ao longo dos anos seguintes, diversos encontros sob a coordenação do MDA.

De 2006 até 2013, mais de 75 projetos, desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais em pesquisa e Ater, foram implementados nas regiões Sul e Nordeste, envolvendo 45 mil famílias<sup>2</sup>.

Além disso, de 2011 a 2013, o PNDACT lançou duas chamadas públicas para a contratação de entidades prestadoras de serviços de Ater em municípios produtores de tabaco. A primeira atendeu 10 mil famílias, sendo oito mil no Sul e duas mil no Nordeste, no valor de cerca de R\$ 11 milhões. Já a segunda chamada prestou serviço para mais de 11 mil de famílias no sul com investimento de R\$ 53 milhões<sup>2</sup>, tendo sido concluída em 2016.

Com a extinção do MDA em 2016 e a adoção de medidas de restrição orçamentária pelo governo, após o término da última chamada, o PNDACT foi descontinuado, colocando em risco os avanços alcançados com o mesmo para melhoria qualidade de vida e trabalho dos agricultores que cultivam tabaco.

Nessa ocasião a gestão do PNDACT passou para atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, SEAD, vinculada à Casa Civil, o qual teve seu quadro técnico e orçamento reduzido.

A partir de 2018, as Chamadas Públicas de ATER, antes realizadas diretamente pelo MDA, passam a ser operacionalizadas por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) através de um contrato de gestão. Em consequência, houve uma mudança na lógica do processo de contratação das entidades executoras, já que as entidades públicas oficiais de Ater devem ser priorizadas no processo de contratação. Na prática, isso significa que, para cada ação específica de ATER (uma delas é a da Diversificação), 60% das metas e recursos são ofertadas preliminarmente para as Emater's (ou órgão similar) e o 40% restante para entidades não governamentais, denominadas pela ANATER de entidades privadas.

Diante do risco de descontinuidade do PNACT em 2017, iniciativas coordenadas pela CONICQ com a parceria de diversas organizações governamentais e representantes da sociedade civil da Rede de Apoio à Diversificação, foram empreendidas com objetivo de fortalecer o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Neste mesmo ano, promovido pelo Se-executiva da CONICQ/INCA e SEAD, com apoio do Secretariado da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, Centro de Estudos

2 Ministério do Desenvolvimento Agrário. 17 de outubro de 2014 . Brasil defende a agricultura familiar nas deliberações da COP 6, na Rússia. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-defende-agricultura-familiar-nas-delibera%C3%A7%C3%B5es-da-cop-6-na-r%C3%BAssia#sthash.DJMRhiky.dpf>>

sobre Tabaco e Saúde (CETAB/FIOCRUZ), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro de Apoio ao Agricultor (CAPA) e DESER, foi realizado em Florianópolis, o Seminário de Diversificação em Áreas Cultivas de Tabaco, com o objetivo de debater seus desafios e estratégias de diversificação em áreas cultivadas com tabaco, com vistas a atender às recomendações da CQCT relacionadas a seus art. 17 e 18, assim como aperfeiçoar o PNDACT e contou com 78 participantes integrantes de 30 organizações. Nesse Seminário foi construído coletivamente um documento tendo uma análise das últimas Chamadas de Ater de diversificação e recomendações para seu aperfeiçoamento.

Nesse encontro, instituiu-se a “Rede de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco”, um grupo com mais de 20 organizações e representações da sociedade civil<sup>3</sup> comprometidas especificamente com a implementação de medidas voltadas às alternativas à cultura do tabaco e à proteção à saúde do trabalhador e ao ambiente rural.

Desde então, desenvolveu-se uma agenda de trabalho, junto a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), responsável por operacionalizar as Chamadas Públicas de Ater da SEAD com o propósito urgente de buscar a continuidade e melhoria PNDACT.

Entre o final de 2017 e durante o primeiro semestre de 2018, a Se-Conicq/INCA com apoio da Rede de Diversificação elaborou e executou um plano estratégico de ação, para os três níveis da federação, para alertar sobre o cenário atual de retração da demanda de tabaco no contexto mundial e seus riscos para economia dos municípios e estados produtores. E neste contexto, atentar sobre a urgência de se expandir o PNDACT. Com essa finalidade foram produzidos materiais informativos, realizadas visitas técnico-políticas a parlamentares e ações de visibilidade na mídia, assim com feita articulação com os diferentes atores envolvidos com PNDACT e outras atividades complementares relacionadas à promoção do trabalho decente e saúde do trabalhador, temas esses vinculados ao Artigo 18 da CQCT.

Destaca-se em nível estadual, mobilização de reuniões e audiências públicas nas Assembleias Legislativas e visitas a outras áreas técnicas do governo estadual, como Secretarias de Saúde, de Agricultura, Ibama, assim como Ministério Público nos três grandes estados produtores de fumo: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

---

3 ACT Promoção da Saúde; DESER Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais; CAPA Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia; CEPAGRO Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo; CETAB/FIOCRUZ Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz; FIC Fundação Inter-Americana do Coração, ARCAFAR SUL Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil; Gaia; CAT Centro de Apoio ao Tabagista; CEMEAR Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais; CEREST Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador; ESPERANÇA/COOESPERANÇA; COOPERFUMOS Cooperativa Mista dos Fumicultores do Brasil Ltda.; COOPERTEC Cooperativa Central de Tecnologia, Desenvolvimento e Informação; COOPTRASC Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva; COORDENAÇÃO ESTADUAL DO TABAGISMO de Santa Catarina; EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná; EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul; ICAF Instituto de Cooperação Agricultura Familiar; UNEAGRO Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina; UNITAGRI Cooperativa de Trabalho na Prestação de Serviços Agropecuários e Ambientais; Universidade Federal De Pelotas.



Em 2018 a SEAD, por meio da ANATER<sup>4</sup>, a fim de atender a Ater Diversificação, destinou à Ematers aproximadamente 22 milhões para atender ao redor de 6.620 famílias em 78 municípios dos três estados do sul. E em junho de 2018, foi publicada a Chamada Pública de Diversificação nº 004/2018 para beneficiar 3.840 famílias, em 42 municípios de 04 regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>5</sup>.

Somadas às famílias que serão atendidas pelas Ematers, cerca de 13.620 mil famílias distribuídas em 152 municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina produtores de tabaco receberão assistência técnica e extensão rural para diversificação de sua produção entre 2019 e 2020. No entanto, esse número de famílias ainda é pouco expressivo se considerarmos o universo de 150 mil famílias produtoras de fumo no Brasil.<sup>6</sup>

Paralelamente, ao longo dos últimos anos, foram adotadas algumas ações para implementação do artigo 18 da CQCT, inicialmente mais focadas na detecção de agravos à saúde do trabalhador inerentes à produção de tabaco, tais como a intoxicação aguda causada pela nicotina presente na folha do tabaco verde (doença da folha de tabaco), muito incidentes na época da colheita, e taxas acima da média de suicídio em estados produtores de tabaco têm sido monitorados e discutidos em fóruns da área da saúde.

Em 2018, a CONICQ participou de uma iniciativa do Ministério da Saúde em conjunto com as Secretarias Estaduais de Saúde para construção do Plano Nacional de Prevenção ao Suicídio, o qual dedicou um bloco de estratégias para atuar sobre os suicídios na fumicultura.

Atualmente, o Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e do Trabalhador do Ministério da Saúde vem investindo na ampliação dessa ação e no desenvolvimento de um protocolo para detecção precoce, prevenção e tratamento dos agravos à saúde do trabalhador na produção de tabaco, em parceria com o CETAB/FIOCRUZ.

Ambos, diversificação produtiva em áreas cultivadas com tabaco e proteção da saúde dos agricultores engajados nessa atividade, são ações de fortalecimento da implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco que está expresso na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas como parte do Objetivo 3 - Garantir vidas saudáveis e bem-estar para todos em todas as idades.

---

4 A partir de 2018, com a operacionalização das ações de Ater através da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), criada em 2014, houve uma mudança na lógica do processo de contratação das entidades executoras.. A SEAD, por meio do DATER, passou a ser um órgão demandante de ações e definidor das diretrizes e a ANATER é a instituição executora por meio de um contrato de gestão. De acordo com a lei que autorizou o governo a criar a ANATER (Lei 12.897 de 18 de dezembro de 2013) e pelo decreto que criou a ANATER (Decreto 8.252/maio 2014), as entidades públicas oficiais de Ater devem ser priorizadas no processo de contratação, por meio Termo de Adesão de cada estado, assinatura de Instrumento de Parceria e Contrato de Gestão. Na prática, isso significa que, para cada ação específica de ATER (uma delas é a da Diversificação), 60% das metas e recursos são ofertadas preliminarmente para as Emater's (ou órgão similar) e o 40% restante para entidades não governamentais, denominadas pela ANATER de entidades privadas

5 <http://www.anater.org/ascom/legado/docs/chamada-publica04.pdf>

6 Afubra. Fumicultura no Brasil. Disponível em <<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>> Acesso em 02/07/2018

Somando-se a isso, já foi bem estabelecida em documento elaborado pelo Secretariado da CQCT e PNUD<sup>7</sup> a contribuição das ações de controle do tabagismo para se atingir outros objetivos da Agenda 2030, os quais se destacam: o Objetivo 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas e o Objetivo 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.

Entretanto, evidências apontam para que fatores exógenos atuem para obstruir e enfraquecer o PNDACT, entre os quais a mobilização na esfera municipal através da Amprotabaco, Associação dos municípios produtores de Tabaco, a ação política na esfera federal através da Câmara Setorial da cadeia produtiva do tabaco instalada no Ministério da Agricultura; a relação de dependência dos agricultores junto às empresas de tabaco, intermediadas pela Afubra e SindiTabaco, e a interface de todos estes agentes gerada pela Abifumo.

Assim como, ação de alguns parlamentares advindos da região sul do país, agindo em nível federal e estadual, para obstruir o avanço desse Programa, como, por exemplo, a condução nos estados pela SindiTabaco do Programa Milho e Feijão e Pastagem após a colheita do fumo, o qual foi incluído pelos governos dos Estados do Sul dentro de suas políticas agrárias. Esse programa é uma tática empregada pela indústria como contraponto ao PNDACT, e vem sendo apresentado ao governo federal como uma alternativa ao mesmo. Aderindo Programa Milho e Feijão e Pastagem, o agricultor se mantém preso ao sistema integrado pois as culturas incentivadas ocupam o terreno após a colheita do tabaco, além de permanecer provendo assistência técnica e insumos por meio de empréstimos e sendo o único comprador de sua produção, desta forma, a indústria leva os a permanecer dependentes economicamente.

Uma análise dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH – expectativa de vida, taxa de alfabetização, taxa de frequência escolar e renda per capita) mostra que as principais áreas produtoras de fumo na Região Sul apresentam médias abaixo do índice estadual, e a taxa de frequência escolar e renda nos municípios onde predominam a fumicultura são inferiores à dos municípios onde não se produz tabaco (Bonato, 2007)<sup>8</sup>.

Uma crescente conscientização dos fumicultores sobre os riscos da produção de tabaco para a própria saúde e sobre a dependência socioeconômica a que estão submetidos tem gerado desejo de busca por novas oportunidades.<sup>9</sup>

---

7 Discussion Paper. The WHO Framework Convention on Tobacco Control an accelerator for sustainable development. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hiv-aids/-the-who-framework-convention-on-tobacco-control-an-accelerator-.html>>

8 BONATO, A. Perspectivas e desafios para a diversificação produtiva nas áreas de cultivo de fumo – a realidade da produção de fumo na região Sul do Brasil. Curitiba: DESER. 2007.

9 REIS, M. M. et al . Conhecimentos, atitudes e práticas de agricultoras sobre o processo de produção de tabaco em um município da Região Sul do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 33, supl. 3, 2017 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2017001505007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2017001505007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23/07/2018.

Além disso, na última década, houve uma progressiva diminuição do número de famílias produtoras de tabaco em regime de integração com grandes empresas transnacionais, passando de quase 180 mil famílias para pouco mais de 150 mil.<sup>10</sup> E como já foi observado, essa situação deve se acentuar com a retração global de mercado consumidor de cigarros convencionais e sua substituição por novos produtos. Segundo dados da Afubra, em 2017, cerca de 88% da produção de tabaco foi exportada<sup>11</sup>, desta forma, a redução na demanda global desse produto pode gerar impactos significativos sobre os meios de vida das famílias produtoras de tabaco.

A indústria do tabaco desde o processo de ratificação da Convenção-Quadro, até os dias de hoje, através de grupos sobre sua influência nas três esferas de governo, tenta interferir nas iniciativas e avanços da Política Nacional de Controle de Tabaco (PNCT) no Brasil, usando os meios de vida dos fumicultores como argumento e como massa de manobra. Assim sendo, a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT além de ser uma medida central para salvaguardar os meios de subsistência dos produtores de tabaco é uma ferramenta para melhorar o artigo 5.3 da CQCT, protegendo as medidas de controle do tabaco da interferência da indústria do tabaco.

*Ninguém deve ser deixado para trás*, com base nesse imperativo ético da agenda 2030 da ONU, entende-se que é urgente somar esforços para manter o que foi conquistado, até o momento, garantindo a continuidade, qualificando e ampliando o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

## 2. Estrutura da Reunião

Entendendo a premência de se discutir de forma mais aprofundada a questão da diversificação em áreas plantadas com tabaco, a Secretaria Executiva da CONICQ entendeu ser pertinente realizar uma reunião específica sobre o tema, paralelamente a FEICOOP, evento que reúne agricultores, assim como ativistas e organizações que desenvolvem ações no campo e na cidade para promover a economia solidária e o desenvolvimento solidário sustentável e territorial.

A reunião temática da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ), foi um evento fechado que ocorreu ao longo de dois dias, com a participação de 60 pessoas, entre membros da CONICQ, outros órgãos governamentais e entidades não governamentais que estão envolvidas com o desenvolvimento de ações para implementação dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

10 AFUBRA. Fumicultura no Brasil. Evolução Fumicultura. Disponível em: <<https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>> Acesso em 02/07/2018

11 AFUBRA. Fumicultura no Brasil. Faturamento. Disponível em: < <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>> Acesso em 02/07/2018.

Esse encontro se deu nos dias 12 e 13 de julho de 2018, no município de Santa Maria/Rio Grande do Sul, no âmbito da 25ª Feira Jubilar Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), com o tema: “Construindo uma sociedade do bem viver por uma ética planetária”. Esse evento está em sua 25ª edição e é organizado anualmente pelo Projeto Esperança/Coesperança, que trabalha em defesa da agricultura familiar e agroecologia, e é membro da Rede de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

### **3- Temas discutidos na reunião temática da CONICQ**

O encontro foi dedicado à discussão da implementação do artigo 17 e 18 da Convenção-Quadro no Brasil, sob a perspectiva do artigo 17 contou com um balanço do “Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco”, seus progressos, desafios e propostas de avanços necessários ao seu fortalecimento e ampliação, por meio da fala da Secretária-Executiva da CONICQ e seus membros, representantes de entidades executoras das chamadas de Ater para diversificação em áreas cultivadas com tabaco, agricultores familiares e organização não governamentais que atuam no controle do tabagismo e promoção da saúde.


Sob a perspectiva do artigo 18 foram abordados os aspectos sobre trabalho decente e trabalho infantil na produção do fumo. Assim como, apresentada as iniciativas empreendidas pelo Ministério da Saúde para assistência integral à saúde deste trabalhador.

Pesquisas desenvolvidas sobre o impacto da produção de fumo na saúde do trabalhador e no meio ambiente foram apresentadas permitindo conhecer mais detalhadamente o cenário atual.

Abaixo segue a programação da reunião e em anexo as cópias dos slides, assim como da Carta da sociedade Civil direcionada à CONICQ.

Logo depois é apresentada a síntese dos principais pontos de debate e propostas de ação categorizados em: (3.2) Chamadas Públicas de Ater; (3.3) Trabalho Decente e Trabalho infantil; (3.4) Saúde do trabalhador e ambiente; (3.5) Apoio à Comercialização; (3.6) Sustentabilidade do PNDACT; (3.7) Propostas.

### 3.1 Programação

		SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO <b>CASA CIVIL</b>	
<b>Reunião temática da Comissão Nacional para implementação da Convenção-Quadro para controle do Tabaco (CONICQ)</b> <b>Diálogo com as organizações parceiras do Programa Nacional de Diversificação em áreas Cultivadas com Tabaco Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT/OMS)</b> <b>Santa Maria / Rio Grande do Sul</b>			
Local: Colégio Irmão José Otão – Rua Heitor Campos, nº 495, Bairro Medianeira, Santa Maria, RS			
PROGRAMAÇÃO			
Dia 1- Quinta-feira, 12 de julho de 2018			
09h00	<b>Abertura</b> Boas Vindas e apresentação dos objetivos da reunião <i>Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
09h30	<b>A CQCT/OMS e sua relação com a produção de tabaco (Artigos 17 e 18)</b> <i>Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
09h50	<b>Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco - histórico, resultados, desafios e perspectivas (CQCT: artigo 17)</b> <i>Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário</i>		
10h10	Intervalo		
10h25	<b>Balanco das recomendações do Seminário sobre o Programa Nacional de Áreas Cultivadas com o Tabaco (PNDACT)- Florianópolis 2017 (CQCT: artigo 17)</b> <i>Secretaria Executiva da CONICQ e Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO)</i>		
10h45	<b>Resultados da pesquisa sobre situação socioeconômica das famílias atendidas pelo PNDACT (CQCT: artigo 17)</b> <i>Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário</i>		
11h05	<b>Debate e propostas de ação</b> <i>Moderação: Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
12h00	Almoço		
13h30	<b>Ações desenvolvidas por entidades executoras das chamadas de Ater para diversificação em áreas cultivadas com tabaco (CQCT: artigo 17)</b> <i>Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)</i>		
13h50	<b>Depoimento de agricultores que diversificaram</b>		
14h20	<b>Estratégias de comunicação para fortalecimento do PNDACT (CQCT: artigos 12 e 17)</b> <i>Aliança de Controle do Tabagismo e Promoção da Saúde (ACT)</i>		
14h40	<b>Debate e propostas de ação</b> <i>Moderação: Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
15h30	Intervalo		
15h45	<b>Trabalho decente e trabalho infantil na lavoura do fumo (CQCT: artigo 18)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ações do MP sobre trabalho penoso e trabalho infantil <i>Ministério Público do Trabalho do Paraná</i></li> <li>✓ Fiscalização do trabalho decente e do trabalho infantil <i>Superintendência Regional do Trabalho e emprego/RS/MTE</i></li> <li>✓ Organização Internacional do Trabalho e Japan Tobacco <i>Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde/ENSP/FIOCRUZ</i></li> </ul>		
16h45	<b>Desenvolvimento do protocolo para atenção integral à Saúde do agricultor que cultiva Tabaco (CQCT: artigo 18)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador/DSAST/SVS/MS</li> <li>✓ Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde/ENSP/FIOCRUZ</li> </ul>		
17h30	<b>Debate e propostas de ação</b> <i>Moderação: Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
18h00	Encerramento		
Dia 2-Sexta-feira, dia 13 de julho de 2018			
09h30	<b>Abertura dos trabalhos</b> <i>Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
09h50	<b>Estudos sobre o impacto da produção agrícola de tabaco na saúde do trabalhador (CQCT artigo 18)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Faculdade de Medicina/ Departamento de Medicina Social/Universidade Federal de Pelotas</li> <li>✓ Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer/CONPREV/INCA/MS</li> </ul>		
10h10	<b>Impacto ambiental da produção de fumo (CQCT: artigo 18)</b> <i>IBAMA/RS</i>		
10h30	<b>Debate e propostas de ação</b> <i>Moderação: Secretaria Executiva da CONICQ</i>		
11h30	Encerramento		

### 3.2 Chamadas Públicas de Ater

Foram desenvolvidas desde 2017, ações para fortalecimento do PNDACT como visitas de *advocacy* a vários representantes ligados à diversificação entre eles, ANATER, SEAD e Prefeitos de Municípios fumicultores, assim como Audiências Públicas realizadas para defender a importância da nova Chamada de ATER, para manutenção do PNDACT.

A importância da transparência no processo de desenvolvimento dos editais foi levantada, assim como o cumprimento do artigo 5.3 da CQCT pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) e **foi questionada a não necessidade de assinatura da declaração de conflito de interesses por parte das EMATERs.**

A necessidade de ampliação das novas Chamadas de ATER foi ressaltada, tendo em vista que atualmente somente **10% dos produtores são atendidos.** Assim como a necessidade de contemplação dos lotes de Santa Catarina para as Organizações não Governamentais, e não somente para as EMATERs.

A Gerência de transferência de tecnologia da ANATER, informou que será lançada uma próxima Chamada Pública de ATER **com 3.160 famílias, somando 7.000 famílias, totalizando 13.558 famílias atendidas para 2018. Dividindo entre ONGs e EMATERs e que o prazo será o que está no contrato de gestão com a SEAD, ou seja, agora será de 29 meses, portanto 2020 que é o final do contrato de gestão da ANATER com SEAD.**

Foi apontado que um ponto fraco da atual Chamada de ATER é não ter como critério para pontuação a participação **das entidades na execução das Chamadas,** assim como a possibilidade de participação de outros estados, como exemplo, a possibilidade de participação de Entidades da Bahia na execução de chamadas no Rio Grande do Sul.

Também foi defendido que as Chamadas pudessem incluir **atividades não agrícolas que gerem renda como alternativa à produção de tabaco.**

Outro ponto fraco apontado foi o formato de pagamento da atual Chamada pois só **ocorrerão de 4 em 4 meses,** não permitindo o pagamento mensal, o que penaliza as entidades.

A preocupação com o oferecimento de cursos online e não presenciais foi levantada e foi reforçada a necessidade de inclusão da **CQCT no escopo desses cursos para formação dos técnicos que executam o Programa com foco nos artigos 17 e 18.**

Foi levantada a possibilidade de **estender para os agricultores que estão fazendo diversificação** o investimento que o MAPA tem feito na produção de orgânicos.

Foi sugerido que o tema diversificação deveria ser **inserido na Política Nacional de Produção Orgânica (PNAPO) onde são discutidas as políticas para expansão de agroecologia**. A Coordenação de Agroecologia e Produção Orgânica (COAGRE/MAPA), além de vários outros órgãos de governo, está dentro da CIAPO (Comissão Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica) e da Comissão Nacional da Política Nacional de Produção Orgânica (CNAPO) que envolve a sociedade e o governo. Além disso, foi apontada a possibilidade de um contato direto com a COAGRE, para verificar se tem uma linha voltada para diversificação. Também foi defendida a **importância de se investir para inserir essa temática no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), através dos vários Ministérios que compõem a Política e que são participantes também da CONICQ (SEAD, Ministério da Saúde, MAPA, MEC, MIDIC, INCRA e a própria ANVISA)**.

A aproximação que a indústria do tabaco tem feito dos jovens foi apontada como muito perigosa e a capacitação dos jovens das áreas rurais através do Ministério da Educação poderia ser uma alternativa. O Ministério da Educação **informou que o novo ensino médio em tempo integral é disponibilizado para todas as redes e há recursos investidos em formação de vários setores e que cada estado tem autonomia para desenvolver o que entenda como necessário**. Colocou-se à disposição para estreitar essa parceria principalmente com o coordenador da educação ambiental, informou ainda que o recurso foi direto para a educação e cada estado tem dois anos para se adequar à educação integral no ensino médio.

O envolvimento de algum agricultor que tenha participado da última Chamada Pública de Ater a fim de relatar o que representou essa Chamada foi apontada como importante. Sendo também uma forma de buscar a confiança desses agricultores, assim como, uma oportunidade de esclarecer dúvidas como: quem irá comprar a nova produção?. **A segurança da continuidade do trabalho também foi levantada**, assim como a valorização dos técnicos e dos processos de comercialização.

Foi apontado que a diversificação das áreas cultivadas com tabaco envolve aspectos como a certeza de ter a compra garantida, o que não acontece em outras culturas. Também foi destacado que o escoamento não é tão simples, assim como o tipo de terreno que não comporta outro tipo de cultura. **Os debatedores entendem ser necessário ouvir os fumicultores, pois não somente a garantia da venda é importante, mas a questão do financiamento e do endividamento, assim como da assistência técnica, o que também são fatores que podem influenciar nos resultados do Programa**.

### 3.3 Trabalho decente e trabalho infantil

Sobre o trabalho infantil, foi colocado que o Brasil teve grande sucesso na erradicação do trabalho infantil urbano e agora é necessária a erradicação do trabalho infantil dentro da família. E que o foco é ter as famílias como aliadas e trabalhar forte, com ênfase na educação dos pais e das crianças nas escolas.

Para alcançar esse objetivo, observa-se que as famílias precisam perceber o quanto a presença de crianças e **adolescentes na fumicultura é prejudicial**. No entanto, foi reconhecido que não é tarefa fácil por conta dos **aspectos culturais e não bastam dados científicos para reverter isso**.

### 3.4 Saúde do trabalhador e ambiente

As discussões apontam que se faz necessário **melhorar o conhecimento dos profissionais de saúde sobre agrotóxico**, para que seja possível o diagnóstico correto de intoxicação pelo mesmo, pois é muito comum a confusão por parte dos mesmos.

Foi levantado que o **EPI (equipamento de proteção à intoxicação) não resolve todos os problemas. Não existe uso seguro e saudável de agrotóxicos e que somente pesquisas e estudos podem apontar saídas. Foi ainda destacado que até o momento foi reduzido o tabagismo, porém não a área plantada**.

Outro ponto levantado é que o **agrotóxico tem isenção de imposto e esse é um dos pontos tratados na Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)**. Para o registro de medicamento é necessário a renovação a cada 5 anos, no entanto para o agrotóxico não há necessidade de renovação. O grupo **reforçou a importância de trabalhar o tema tabaco, agrotóxico e agroecologia** de forma integrada.

A necessidade de **um plano estadual de diversificação independente de recurso federal, assim como um fundo municipal que disponha recursos para diversificação foi levantada**. Destaca-se que a produção de produtos agroecológicos é muito mais trabalhosa que a produção de orgânicos e atualmente se discute subsídio para os produtos agroecológicos para que não chegue aos consumidores tão caro. **O envolvimento do Conselho Tutelar na tarefa de afastar o menor do ambiente foi lembrado e que os produtores sabem que não podem envolver criança na produção**.



### 3.5 Apoio à Comercialização

A discussão destacou que a diversificação deve ser pensada – do cultivo ao mercado. Desta forma, é preciso pensar nos registros dos novos produtos no MAPA (produtos in natura) e Sistema de Vigilância Sanitária (quando beneficiado).

A representante da ANVISA destacou avanços importantes para produtores pequenos, como a RDC 49/201 (trata da implementação de uma postura da Vigilância Sanitária de inclusão produtiva para segurança sanitária), mas que , não inclui os produtos de origem animal e nem bebidas. Informou que essa RDC reorienta a Vigilância Sanitária para que tenha um olhar igualitário aos pequenos agricultores e, que depois de 4 anos da RDC 49/2013, se instituiu o PRAISSAM (Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária), o qual se propõe que seja estabelecido o comitê estadual para colocar o PRAISSAM na prática.

Uma sugestão dada foi a de juntar esforços locais e buscar a vigilância sanitária nos estados e municípios, pois muitos municípios do Sul do país participaram da construção do PRAISSAM e isso daria um bom incremento no tema diversificação.

### 3.6 Sustentabilidade do PNDACT

Os participantes destacaram que o tema da sustentabilidade e meios de mitigar os danos e prejuízos à saúde de quem consome e produz tabaco tem sido discutido nacionalmente, no Congresso Nacional, assim como nos três estados do Sul.

Também se abordou que, **é notório que a indústria do tabaco vem acessando recursos do BNDES para produção agrícola do tabaco e seria interessante uma aproximação da CONICQ com o BNDES para avaliar se a diversificação poderia ser subsidiada, estimulando e promovendo atividades agroecológicas.**

**Defende-se que a sustentabilidade deve ser vista sob a perspectiva da contrapartida.** Apesar dos cortes orçamentários, há necessidade de se promover uma contrapartida dos estados, pois eles dão incentivos fiscais para as empresas de tabaco e essa prática precisa ser revista e não percebida como natural ou algo bom, pois, na verdade, traz prejuízos para toda sociedade brasileira. **Foi defendido que a sociedade civil precisa se apropriar desse entendimento e atuar fortemente nisso.**

Foi abordado que a OMS estimou que 1.4 trilhões de dólares é o prejuízo global devido ao tabagismo e que é preciso trabalhar nos estados sobre isso também, sob a perspectiva do ICMS. Além disso, o aumento do IPI que reduziu a prevalência do tabagismo, e no entanto, o recurso proveniente não é vinculado para as ações de controle do tabaco. Por outro lado, foi abordado que **o ICMS pode ser usado para criação de um fundo para as ações de implementação da CQCT como, por exemplo, educação nas escolas, combate ao mercado ilegal, e também ações de diversificação, uma proposta defendida pela CONICQ.**

Foi informado que no nível federal, tem-se apoiado o **Projeto de Lei do Deputado Federal Alessandro Molon que cria a CIDE tabaco que é como *green tax*, ou seja, uma taxaço sobre um produto que tem potencial de causar dano, assim como ocorre com a CIDE combustível**. São temas fundamentais para sustentabilidade e são sistêmicos (se conversam), assim como são uma forma de ressarcimento do que o país gasta devido ao tabagismo e produção de tabaco.

Além disso, foi exposto que existe um jogo político nas regiões produtoras do fumo, pois muitos **políticos têm financiamento de campanha e impedem o avanço das ações de diversificação** em áreas plantadas com tabaco.

### 3.8 Propostas

- Formação de um espaço para capacitação e monitoramento dos novos técnicos que irão atender às novas Chamadas de ATER. Abordar questões referentes à interferência da indústria, artigo 5.3 da CQCT, saúde do trabalhador rural, entre outros assuntos relacionados à CQCT.
- Contemplar lotes da região de Santa Catarina na nova Chamada Pública de ATER para Organizações não governamentais.
- Incluir nas próximas Chamadas a área fumicultura do Nordeste.
- Acompanhamento pela CONICQ da execução da nova Chamada de ATER e esteja presente em todo andamento do PNDACT.
- A execução das Chamadas incluir atividades não agrícolas que geram renda.
- Instituir periodicidade mensal para os pagamentos das novas Chamadas.
- SEAD nomear uma pessoa de referência voltada para o PNDACT.
- Construção, no âmbito da CONICQ, de um programa específico para o jovem rural, qualificar e profissionalizar os adolescentes com a perspectiva de diversificar possibilitando ao Ministério da Educação agregar valor ao PNDACT.
- Incluir a saúde do trabalhador rural nesses cursos, assim como a alfabetização para leitura dos rótulos dos agrotóxicos.

- Ministério da Educação deve reforçar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para que através dele, as cooperativas possam comercializar os produtos, pois a comercialização dos produtos oriundos da diversificação é um grande nó.
- Articulação entre os membros CONICQ para viabilizar a inserção do PNDACT na Política Nacional de Produção Orgânica (PNAPO), onde discutem políticas para expansão de agroecologia, bem como no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)
- Fortalecimento da Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao MAPA, e tem papel importante no Programa de Aquisição de Alimentos que é uma porta para diversificação e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que também é fundamental e precisa de oxigênio.
- Priorizar os agricultores que participam de diversificação nos projetos do PAA nos municípios.
- Fortalecer as pesquisas realizadas pela EMBRAPA, que também tem interface com o MAPA e tem excelentes programas de diversificação.
- Fortalecer o Programa Nacional de Agroecologia.
- Constituição de plano estadual de diversificação independente de recurso federal, assim como um fundo municipal que disponha recursos para diversificação.
- Realização de um encontro de pesquisadores que trabalham com o tema uso de agrotóxicos e trabalho.

### 3.7 Audiência Pública

Por fim, os participantes da Reunião tiveram a oportunidade de participar da audiência pública sobre Legislação das Agroindústrias Familiares e as Perspectivas da Agricultura Familiar que tinha o seguinte tema: “*Quem coloca comida na mesa da população, merece apoio, respeito e valorização*”.

Tal audiência, também realizada dentro da programação da FEICOOP, foi coordenada pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Na mesa participaram representantes da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário e da Coordenação de Articulação Social e Cidadania da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (COACI/GGCOF/ANVISA) discutindo

respectivamente sobre o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e o Programa de Inclusão produtiva para Segurança Sanitária-PRAISSAMN.

#### **4 Considerações finais**

É importante ressaltar que, embora o principal objetivo da CQCT seja proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, nos países produtores de tabaco, também se busca fundamentalmente salvaguardar os meios de vida dos agricultores do potencial impacto da esperada redução da demanda do fumo.

O Brasil desenvolveu um Programa de Diversificação em Áreas Plantadas com Tabaco paradigmático e tem servido como exemplo para vários outros países produtores de tabaco. Esse Programa precisa ser mantido, assim como fortalecido, atendendo assim, aos compromissos pelo país ao ratificar a CQCT.

O enfrentamento no Brasil à indústria do tabaco no campo, promovendo ações de diversificação da produção e da renda na agricultura familiar para diminuição da dependência e melhora da qualidade de vida dos trabalhadores, são anteriores ao PNDACT e contribuíram, de forma decisiva para a criação do Programa.

Além disso, é cada vez mais claro, que no contexto político-partidário do Brasil, o fortalecimento dos artigos 17 e 18 da CQCT, contribuem para a diminuição da interferência da indústria para implementação das medidas de controle de tabaco no país, possibilitando que famílias deixem de ser dependentes da indústria do tabaco, buscando meios de vida de maior qualidade e sustentabilidade.

Ao longo de onze anos, a construção e manutenção do PNDACT tem sido permeada pelo trabalho em rede composto pelos setores do governo, que tem a obrigação de conduzir as ações de diversificação em área plantadas com tabaco, assim como, instituições acadêmicas e organizações não governamentais da sociedade civil que compreendem o importante papel de responsabilidade social ao criar mecanismos de proteção social e renda para as famílias envolvidas.

Após um ano de incertezas com relação ao futuro do PNDACT e em continuidade ao que foi proposto no Seminário em Florianópolis em 2017, os dois dias de reunião temática organizada pela CONICQ, mostraram a premência do governo em continuar investindo em ações de diversificação, assim como, oportunidades de melhorias e avanços.

**5 Anexos**

**Lista dos participantes**

**Carta da Sociedade Civil**

**Apresentações**

**Registro Fotográfico**

## Lista dos participantes

<b>PARTICIPANTES</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Adriana Skamvetsakij	CEREST/VALES
Aléf Lucas Flores.	COOPERFUMOS
Alexandre Octavio Ribeiro de Carvalho	SE-CONICQ/INCA/MS
Anaclaudia Fassa	FAMED/DMS/UFPEL
Antonieta Maria Bevilacqua	4º CRS/SES/RS
Camila Gaspari	UFRGS
Charles Onassis Peres Lamb	CEPAGRO
Cleimary Zotti	DESER
Cristina Perez	SE-CONICQ/INCA/MS
Daniela Macedo Jorge	ANVISA/MS
Dioges Carlos Boch Agudo	Associação de Agricultura Familiar
Elvis Roberto Giacomim	UFFS/MEC
Erica Cavalcanti Rangel	ACT
Ernesto Alvaro Martinez	CAPA
Evandro de Oliveira Lucas	COOPERFUMOS
Evanir Parcianello	SMS/RS
Fabiano Monticelli Pisoni	COOPERFUMOS
Fábio Andre Mafer	CAPA
Fabio Fortunato Brasil de Carvalho	COMPREV/INCA/MS
Felipe Mendes	SE-CONICQ/INCA/MS
Gereissat Rodrigues Almeida	SEAD/Casa Civil
Gisele Elise Diedrich	COOPERFUMOS
Guilherme Schuck Candemil	DSST/MTE/RS
Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo	MAPA
Helen Paredes	COMPREV/INCA/MS
Ilton João Hoppe Agudo	Associação de Agricultura Familiar
Irma Lourdes Dill	Projeto Esperança Co-Esperança
Isabela Seixas	Casa Civil
Jacqueline Queiroz de Melo	MEC
Jéssica A Langhecher Bock Agudo	Associação de Agricultura Familiar

---

Joali Borgo Rech Neves	Associação de Agricultura Familiar
Jonatar Cognaco	CEPAGRO
Juliana Acosta Santorum	DSAST/ SVS/MS
Karina Fuhmann	DESER
Karla Freire Baêta	DSAST/ SVS/MS
Larissa Fleck Sebalhos Silva	SENAD/MJ
Letícia Casado	COENS/INCA
Lucas Tholl	CEPAGRO
Luciana Nussbaumer	SES/RS
Marcelo Moreno	CETAB/FIOCRUZ
Marcelo Naegele	DSST/MTE/RS
Margaret Matos de Carvalho	MPT/PR
Mariana Pinho	FIC
Marina Lucia Hoffmann	SMS/SM/RS
Milene Resende	DSAST/ SVS/MS
Miraci Schú	PROJETO ESPERANÇA CO- ESPERANÇA
Monica Torres	COMUNICAÇÃO/INCA
Priscilla Ataíde dos Santos	ANATER
Rejane Paredes	APREA/PR
Rita Inês P. Pauli	UFSM
Silvana Rubano Turci	CETAB/FIOCRUZ
Talíze Alves Garcia Fernandes	ANATER
Tania Maria Cavalcante	SE-CONICQ/INCA/MS
Tarso Isaia	IBAMA/RS
Ticiane Imbroisi	SEAD/Casa Civil
Ubirani Otero	COMPREV/INCA/MS
Valéria Cunha	DCT/INCA
Vanessa Nolasco Ferreira	INCA
Vivian Sagave	SMS/SM